

AC3 - Legislação e Ética

As questões contidas nessa atividade estão relacionadas ao conteúdo da Unidade 03.

Seu endereço de e-mail será registrado quando você enviar este formulário.

Não é **djalma.lima@aluno.faculdadeimpacta.com.br**? [Trocar de conta](#)

***Obrigatório**

O conceito de Preservação de Dados consiste em: *

1 ponto

- ☒ Os dados somente serão guardados a partir de uma decisão judicial.
- ☐ Os dados somente serão guardados mediante notificação extrajudicial.
- ☐ Os dados sempre serão guardados indiscriminadamente pelas empresas de Internet.
- ☐ Os dados sempre serão guardados independentemente de decisão judicial.
- ☐ Os dados sempre serão guardados mediante notificação extrajudicial.

A Retenção de Dados segundo a Lei 12.965/14 - Marco Civil da Internet, consiste em: *

1 ponto

- ☐ Guardar os dados dos usuários da Internet mediante ordem judicial.
- ☐ Guardar os dados dos usuários da Internet somente mediante notificação extrajudicial.
- ☐ Guardar os dados indiscriminadamente dos usuários da Internet onde poderão analisar as informações.
- ☒ Guardar os dados indiscriminadamente dos usuários da Internet independentemente de ordem judicial.
- ☐ Guardar os dados dos usuários da Internet independentemente de ordem judicial com a possibilidade de tratamento dos dados.



Qual das alternativas abaixo está correta? *

1 ponto

- ☒ As atividades dos provedores de serviços de Internet não podem ser consideradas atividades de risco, nem atividades economicamente perigosas, apenas sendo civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação em que é realizado controle editorial prévio.
- ☐ As atividades dos provedores de serviços de Internet não podem ser consideradas atividades de risco, nem atividades economicamente perigosas, apenas sendo civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação em que não é realizado controle editorial prévio.
- ☐ As atividades dos provedores de serviços de Internet podem ser consideradas atividades de risco, atividades economicamente perigosas, sendo civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação em que não é realizado controle editorial prévio.
- ☐ As atividades dos provedores de serviços de Internet não podem ser consideradas atividades de risco, nem atividades economicamente perigosas, apenas sendo civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação dos usuários em que não é realizado controle editorial prévio.
- ☐ As atividades dos provedores de serviços de Internet podem ser consideradas atividades de risco, atividades economicamente perigosas, apenas sendo civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação fora de sua plataforma, em que é realizado controle editorial prévio.

"O Direito de Ser Esquecido" nas ferramentas de busca na Internet foi reconhecido pela primeira vez: *

1 ponto

- ☒ União Europeia.
- ☐ Finlândia.
- ☐ China.
- ☐ Estados Unidos.
- ☐ Brasil.



Sobre o Direito de Ser Esquecido nas ferramentas de Busca na Internet a Corte Europeia de Justiça no caso do espanhol Mario Costeja Gonzales entendeu que: *

1 ponto

- ☐ Gonzalez não deveria ter seu Direito de Ser Esquecido reconhecido, pois seu direito à privacidade deveria prevalecer sobre o direito de liberdade de informação do público em geral, tendo em vista que não se tratava de pessoa pública com interesse preponderante.
- ☒ Gonzalez deveria ter seu Direito de Ser Esquecido reconhecido, pois seu direito à privacidade deveria prevalecer sobre o direito de liberdade de informação do público em geral, tendo em vista que não se tratava de pessoa pública com interesse preponderante.
- ☐ González não deveria ter seu Direito de Ser Esquecido reconhecido, pois seu direito à privacidade deveria prevalecer sobre o direito de liberdade de informação do público em geral, tendo em vista que se tratava de pessoa pública com interesse preponderante.
- ☐ Gonzalez deveria ter seu Direito de Ser Esquecido reconhecido, pois seu direito à liberdade de expressão deveria prevalecer sobre o direito a privacidade.
- ☐ Gonzalez deveria ter seu Direito de Ser Esquecido reconhecido, pois seu direito à privacidade deveria prevalecer sobre o direito de liberdade de informação do público em geral, tendo em vista que se tratava de pessoa pública com interesse preponderante.



Qual das afirmações abaixo está correta? *

1 ponto

- ☐ O Artigo 927 do Novo Código Civil Brasileiro, de maneira geral/ampla, é aplicável analogamente ao Marco Civil da Internet - Lei 12.965/14." Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (Arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."
- ☐ O Artigo 927 do Novo Código Civil Brasileiro, ressalvada as exceções, é aplicável analogamente ao Marco Civil da Internet - Lei 12.965/14. "Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (Arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."
- ☒ O Artigo 927 do Novo Código Civil Brasileiro, de maneira geral/ampla, não é aplicável analogamente ao Marco Civil da Internet - Lei 12.965/14. "Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (Arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."
- ☐ O Artigo 927 do Novo Código Civil Brasileiro, ressalvada as exceções, é aplicável subsidiariamente ao Marco Civil da Internet - Lei 12.965/14. "Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (Arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."
- ☐ O Artigo 927 do Novo Código Civil Brasileiro, de maneira geral/ampla, é aplicável subsidiariamente ao Marco Civil da Internet - Lei 12.965/14. "Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (Arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."



Sobre a relevância do debate acerca do Direito de Ser Esquecido nas Ferramentas de Busca na Internet, qual das alternativas abaixo está correta? *

1 ponto

- ☐ A importância desse direito é tão grande que a sua ofensa dará azo à indenização por dano moral e/ou patrimonial e existencial, e por perda da chance, dando legitimidade para que o lesado não ingresse em juízo contra o lesante, com ação de responsabilidade civil para reparação do gravame sofrido. Podendo, ainda, para obter restrição da publicação daquela informação fazer uso da tutela inibitória, da tutela provisória de urgência, da remoção de dados, do habeas data etc.
- ☐ A importância desse direito é tão restrita que a sua ofensa dará azo à indenização por dano moral e/ou patrimonial e existencial, e por perda da chance, dando legitimidade para que o lesado ingresse em juízo contra o lesante, com ação de responsabilidade civil para reparação do gravame sofrido. Podendo, ainda, para obter restrição da publicação daquela informação fazer uso da tutela inibitória, da tutela provisória de urgência, da remoção de dados, do habeas data etc.
- ☒ A importância desse direito é tão grande que a sua ofensa dará azo à indenização por dano moral e/ou patrimonial e existencial, e por perda da chance, dando legitimidade para que o lesado ingresse em juízo contra o lesante, com ação de responsabilidade civil para reparação do gravame sofrido. Podendo, ainda, para obter restrição da publicação daquela informação fazer uso da tutela inibitória, da tutela provisória de urgência, da remoção de dados, do habeas data etc.
- ☐ A importância desse direito é tão grande que a sua ofensa não dará azo à indenização por dano moral e/ou patrimonial e existencial, e por perda da chance, dando legitimidade para que o lesado ingresse em juízo contra o lesante, com ação de responsabilidade civil para reparação do gravame sofrido. Podendo, ainda, para obter restrição da publicação daquela informação fazer uso da tutela inibitória, da tutela provisória de urgência, da remoção de dados, do habeas data etc.
- ☐ A importância desse direito é tão grande que a sua ofensa dará azo à indenização por dano moral e/ou patrimonial e existencial, e por perda da chance, dando ilegitimidade para que o lesado ingresse em juízo contra o lesante, com ação de responsabilidade civil para reparação do gravame sofrido. Podendo, ainda, para obter restrição da publicação daquela informação fazer uso da tutela inibitória, da tutela provisória de urgência, da remoção de dados, do habeas data etc.



Sobre a Guarda de Dados na Lei 12.965/14 qual das afirmativas abaixo está correta? * 1 ponto

- ☐ O provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do regulamento
- ☒ O provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos do regulamento
- ☐ O provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa natural e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos do regulamento
- ☐ O provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e sem fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos do regulamento
- ☐ O provedor de conexão de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos do regulamento



De acordo com o Marco Civil da Internet no tocante a Exceção à Regra Geral que Impõe a Retirada do Conteúdo Online Somente por Ordem Judicial qual das afirmações abaixo está correta? *

1 ponto

- ☐ O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da liberdade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo
- ☐ O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo
- ☒ O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo
- ☐ O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado solidária pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo
- ☐ O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, com autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo



No caso da morte da vereadora Marielle Franco o Superior Tribunal de Justiça em decisão do mês de agosto de 2020, decidiu que: *

1 ponto

- ☐ Por unanimidade de votos, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento a um recurso da Google Brasil Internet e manteve decisão que determinou à empresa o fornecimento de informações de usuários de seus serviços no âmbito das investigações sobre a morte da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, ocorrida em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro.
- ☐ Por maioria de votos, a Terceira Seção do Supremo Tribunal Federal (STF) negou provimento a um recurso da Google Brasil Internet e manteve decisão que determinou à empresa o fornecimento de informações de usuários de seus serviços no âmbito das investigações sobre a morte da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, ocorrida em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro.
- ☒ Por maioria de votos, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento a um recurso da Google Brasil Internet e manteve decisão que determinou à empresa o fornecimento de informações de usuários de seus serviços no âmbito das investigações sobre a morte da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, ocorrida em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro.
- ☐ Por maioria de votos, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento a um recurso da Google Brasil Internet e não manteve decisão que determinou à empresa o fornecimento de informações de usuários de seus serviços no âmbito das investigações sobre a morte da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, ocorrida em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro.
- ☐ Por maioria de votos, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a um recurso da Google Brasil Internet e manteve decisão que determinou à empresa o fornecimento de informações de usuários de seus serviços no âmbito das investigações sobre a morte da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, ocorrida em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro.

Uma cópia das suas respostas será enviada por e-mail para djalma.lima@aluno.faculdadeimpacta.com.br.

Enviar

Este formulário foi criado em FACULDADE IMPACTA DE TECNOLOGIA - FIT. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários

